

COERÊNCIA E COESÃO EM XEQUE: DA TEORIA À PRÁTICA DE SALA DE AULA

Glaucia Muniz Proença Lara
- (UFMS/UFMG)

RESUMO:

Tomando a coerência e a coesão como os principais fatores da textualidade, examinamos redações de vestibular, de modo a levantar alguns problemas mais comuns na operacionalização dessas noções pelos alunos. Em seguida, tentamos apontar caminhos para um trabalho em sala de aula que leve, efetivamente, o estudante a produzir textos coerentes (do ponto de vista interno e externo) e com a utilização adequada de recursos coesivos, o que tornará tais textos eficazes em termos de atuação sobre o outro.

PALAVRAS-CHAVE:

produção de textos; coerência; coesão; autocorreção.

1. Introdução

A Linguística Textual, desenvolvida, sobretudo na Europa, a partir do final dos anos 1960, na medida em que se propôs estudar a natureza do texto e os fatores envolvidos na sua produção e recepção, trouxe, algumas décadas mais tarde, contribuições relevantes para o ensino – e para a avaliação – da redação em nosso país.

Nos anos 1980-1990, no Brasil, muitas foram as pesquisas e publicações que se voltaram para o texto escolar. Para citar apenas alguns exemplos, lembramos *Problemas de redação*, de Alcir Pécora (1ª edição: 1983), *O texto na sala de aula*, de João Wanderley Geraldi (1ª edição: 1984) e *Redação e textualidade*, de Maria da Graça Costa Val (1ª edição: 1991).

Acompanhando essa tendência, que colocou o texto no centro das atenções, as noções de coerência e coesão – destacadas, pela maioria dos estudiosos, como os principais fatores de textualidade – passaram a ser exploradas não apenas em livros didáticos, mas também como critérios de avaliação de vestibulares e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Neste, entre as competências desejáveis que um aluno, ao término do ensino médio, deve ter na produção textual – e que são tomadas como critérios de avaliação das redações do referido exame e de muitos vestibulares que adotaram a proposta do ENEM (como o da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, que manteve esse vínculo até 2005) – encontramos, entre outras competências (domínio da norma culta da língua escrita, relação tema/tipo textual/proposta de redação, elaboração de proposta de intervenção para o problema abordado), as competências III e IV, que estão ligadas, respectivamente, à coerência e à coesão:

Competência III – Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, dados, fatos, opiniões e pontos de vista.

Competência IV – Demonstrar conhecimento dos mecanismos necessários para a construção da argumentação.
(PLANILHA DE CORREÇÃO DO ENEM – 2003)

Entre as orientações para os corretores da redação do ENEM/2003, constam as seguintes observações: 1) para a Competência III – Aspecto a ser considerado: Coerência textual: organização do texto quanto a sua lógica interna e externa; 2) para a Competência IV – Aspectos a serem considerados: a) Coesão lexical: adequação no uso de recursos lexicais, tais como sinônimos, hiperônimos, repetição, reiteração etc; b) Coesão gramatical: adequação no

emprego de conectivos, tempos verbais, pontuação, seqüência temporal, relações anafóricas, conectores intervocabulares, interparágrafos etc.

Apesar de todo esse “aparato”, a conclusão a que chegamos, analisando redações do Vestibular de Verão/2005 da UFMS (disponibilizadas pelo então presidente da Comissão Permanente de Vestibular – COPEVE/UFMS – Prof. Odonias Silva), é que os alunos têm dificuldades em operacionalizar as noções de coesão e de coerência na produção de seus textos. Em outras palavras: embora saibam que essas noções são importantes na produção de um “bom texto” e consigam inclusive reconhecê-las e avaliá-las em textos alheios, os estudantes, em geral, na hora de fazer uma redação em situação escolar, não se dão conta de como esses dois fatores de textualidade funcionam na organização e na articulação das idéias, tanto no nível mais profundo (coesão), quanto no mais superficial (coesão).

Há, pois, uma defasagem significativa entre a teoria – saber que coerência e coesão desempenham um papel fundamental na produção de um texto – e a prática – conseguir, de fato, operacionalizar tais noções na construção do texto –, como buscaremos mostrar a partir do exame de alguns textos e/ou trechos de textos produzidos no referido vestibular. Para tornar nossa exposição mais ágil e didática, pretendemos entremear as questões teóricas relevantes com a análise dos textos selecionados, ao invés de separar esses dois aspectos em seções distintas.

2. A coerência e a coesão nas redações de vestibular

Falar em coerência e coesão ou, mais amplamente, em fatores de textualidade remete a uma questão anterior: o que é, afinal, um texto? Esclarecemos que, no presente artigo, tomamos as noções de texto e redação como equivalentes, sem considerar diferenças apon-

tadas por autores, como Geraldí (1985). Para ele, no texto, um sujeito procura estabelecer uma interlocução real com um possível leitor, ao passo que, na redação, um aluno se limita a reunir fragmentos de informações que lhe foram dadas na/pela escola para devolvê-las, de forma desarticulada, ao professor e, por extensão, à própria escola. Isso o leva a afirmar que, na escola, não se produzem textos – em que o sujeito/aluno diz a sua palavra – mas redações (GERALDI, 1985: 122-123). Embora consideremos pertinente a distinção proposta pelo autor, por razões de praticidade não a reteremos aqui.

Feita essa ressalva, vejamos o que alguns estudiosos têm a dizer sobre a noção de texto (redação). Koch; Travaglia (1990: 10) definem texto como “uma unidade lingüística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomado pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida independentemente de sua extensão”.

Já Costa Val (1991: 3) afirma: “pode-se entender texto ou discurso como ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal”. Assim, no entender da autora, um texto será bem compreendido quando avaliado sob três aspectos:

a) o pragmático, que tem a ver com seu funcionamento enquanto atuação informacional e comunicativa, incluindo, portanto, elementos como a relação entre os interlocutores (as intenções do produtor, o *jogo de imagens* que se estabelece entre locutor e interlocutor) e o contexto sociocultural (os conhecimentos partilhados pelos interlocutores, inclusive quanto às regras sociais da interação comunicativa);

b) o semântico-conceitual, que implica que uma ocorrência lingüística, para ser texto, precisa ser percebida como um todo significativo, o que está relacionado à noção de coerência;

c) o formal, que diz respeito à integração dos constituintes lingüísticos de modo a constituir um todo coeso.

Como é possível perceber, a elaboração de um texto não envolve apenas os mecanismos da língua, de que nos servimos quando falamos ou escrevemos, mas também a análise de outros elementos que subjazem à fala ou escrita do indivíduo: estamos falando aqui dos elementos pertencentes às condições de produção de um texto – os interlocutores, as relações entre eles e a situação em que ocorre a seqüência verbal emitida, tomada tanto no seu sentido mais estrito (a situação imediata de comunicação) quanto no seu sentido mais amplo (o contexto social, histórico, ideológico).

Logo, antes de começar a escrever sobre um assunto qualquer, o produtor deve determinar, com clareza, quem é o seu interlocutor, qual é a situação de comunicação em que se encontra (por exemplo, formal/informal) e que objetivo orientará a redação (informar, persuadir, divertir ou outro), uma vez que esses elementos – as condições de produção – influirão na maneira como o raciocínio será conduzido e articulado e inclusive na escolha do tipo/gênero de texto que será mais adequado à expressão das idéias que ele – o produtor – tem sobre o assunto. Em outras palavras, definir **para quem** se vai escrever, **por quê** e **para quê** determina **como** escrever. O fato de essas questões ensejarem respostas variadas levaria, pois, à produção de textos também variados.

No entanto, em situação de vestibular (e aqui referimo-nos particularmente ao vestibular da UFMS, orientado pela proposta de redação do ENEM), as respostas já estão, em grande parte, previamente fixadas. Escreve-se para interlocutores desconhecidos (**para**

quem) que, com base na proposta de redação e numa planilha de itens a serem observados (adequação tema/texto, coerência, coesão, uso da norma culta, apresentação de soluções para os problemas levantados) analisarão o texto do vestibulando, avaliando, via uma dada nota, se ele tem (ou não) condições de integrar o Ensino Superior, já que o que se espera de um universitário é que ele seja, minimamente, um leitor/produzidor de textos proficiente. O candidato escreve, pois, para mostrar que sabe escrever (**para quê**), de modo a obter a tão sonhada vaga no curso pretendido (**por quê**). Até mesmo o **como** já se encontra, de antemão, determinado: solicita-se (ou exige-se?) que se produza um texto dissertativo-argumentativo (sem referência a um gênero preciso: uma carta, um anúncio publicitário etc), a partir do esquema problematização → proposta(s) de solução.

A artificialidade das condições de produção do texto é flagrante nesse caso. Não admira que a maioria dos candidatos se prenda à proposta e/ou aos textos do Painel de Leitura, procurando sintonizar seu discurso com aquilo que imagina ser o discurso da instituição (representada pelas bancas elaboradora e corretora), o que deixa pouco espaço para a criatividade ou o exercício da crítica (embora – felizmente – essas manifestações ocorram em alguns textos que se aproveitam das “brechas” deixadas pelo sistema).

Vemos, pois, que a unidade do texto depende dos fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo, mas também do material conceitual e lingüístico, o que envolve respectivamente as noções de coerência e de coesão. Trata-se dos fatores que promovem a inter-relação semântica entre os elementos do discurso, respondendo pela conectividade textual, mas em níveis diferentes: a coerência diz respeito ao nexos entre os conceitos e a coesão, à expressão desse nexos no plano lingüístico (COSTA VAL, 1991: 7). Em outras palavras, o que importa para a coerência é a própria relação entre as

idéias; a explicitação dessa relação, por meio de recursos lingüísticos (mecanismos léxico-gramaticais), é questão de coesão.

A coerência está diretamente ligada à possibilidade de se estabelecer um sentido para o texto. Trata-se, pois, de um aspecto global, que afeta o texto como um todo, mas que também o transcende na medida em que envolve tanto os interlocutores quanto a própria situação comunicativa, o que nos permite falar em coerência interna e externa. Assim, para que um texto seja internamente coerente, suas ocorrências não podem contradizer-se, têm que ser compatíveis entre si, ou seja, os conceitos ou fatos aludidos devem estar direta ou indiretamente relacionados, de modo a estabelecer alguma forma de unidade. Já para ser externamente coerente, o texto não pode contradizer o mundo a que se refere, isto é, deve haver ligações compatíveis entre os fatos e conceitos apresentados no texto e a realidade evocada. Em suma: a coerência seria um princípio de interpretabilidade que está no processo que coloca texto e usuários em relação numa situação.

Vários autores, entre os quais os já citados Koch; Travaglia (1990) e Costa Val (1991), consideram a coerência como o principal fator de textualidade (conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma seqüência de frases), pois é ela que permite, através de seus vários fatores, estabelecer relações entre os elementos da seqüência, possibilitando construí-la e percebê-la, na recepção, como constituindo uma unidade global. Torna-se, portanto, responsável pelo sentido do texto. Nessa perspectiva, incoerências internas e/ou externas, como as que serão apresentadas a seguir (textos 1 e 2), afetam essa “unidade global”, prejudicando (ou mesmo impedindo) a construção de sentido. Esclarecemos que a proposta que serviu de base para as redações aqui apresentadas (vide anexo) está disponível em <http://www.ufms.br/copeve> e que repro-

duzimos os textos exatamente como foram produzidos originalmente, uma vez que não é nosso objetivo, no presente trabalho, focalizar ou corrigir problemas de uso da língua padrão escrita. Vejamos os textos.

(1) /.../ Os índios brasileiros já vivem com dignidade desde já, não só os índios deveriam viver com dignidade, mas como também os brancos, os negros e todas as raças. Perante Deus nós somos todos iguais. Por isso acho que temos que ter leis, ordens e deveres iguais para todos. Os índios desde o Descobrimento do Brasil é dito como pessoas inocentes, idônêas, tem leis próprias, estatuto próprio, programa de saúde próprio e muito mais. Entretanto, eles se mostram muito mais sociáveis do que muitos pensam, eles usam roupas, maquiagem, e muitos deles possuem terras, ou seja são fazendeiros e até garimpeiros como é o caso daquela tribo lá da Amazonia, que um dos caciques da tribo estava envolvido na exploração de minérios ilegalmente. Os índios cometem crimes, usam armas de fogo, tomam bebidas alcoólicas e usufruem de tudo como nós. Por isso acho que deviam ser tratados como a gente. /.../

Nós só vamos viver com dignidade quando as pessoas pararem para pensar que todo mundo é igual. A dignidade vira junto com o tempo; tomara que a dignidade venha no século XX, e venha para todos. Assim viveremos bem com si mesmo e com todo mundo.

No parágrafo inicial do trecho apresentado, o autor afirma que *os índios já vivem com dignidade desde já* e que eles fazem parte da sociedade: são “gente como a gente”, embora muitos dos argumentos utilizados para sustentar essa tese sejam, no mínimo, questionáveis (*cometem crimes, usam armas de fogo etc*). Contraditoriamente, no parágrafo final, surge a idéia de que não vivemos com dignidade atualmente (visto que esta só virá no futuro)! E o leitor, atordoado, se pergunta: se os índios integram o todo, que é a sociedade, e vivem com dignidade desde já, como se pode afirmar que essa mesma sociedade não dispõe de dignidade ao menos em parte? Mas o texto não se esgota nessa contradição (incoerência interna); há também questões que se mostram incompatíveis com o conhecimento de mundo do leitor (incoerência externa). Como desejar, por exemplo, que a dignidade venha (futuro) num século que já passou (século XX)? Será que os índios têm mesmo *programa de saúde próprio*, quando um indivíduo minimamente informado sabe que muitas populações indígenas não recebem atendimento médico de qualquer espécie?

(2) /.../ A fundação nacional indígena (FUNAI), deu a estes [índios] a oportunidade de recomeçar, fornecendo tratores e implementos, sementes e mudas além de lutar contra fazendeiros por terras, porém, muitos não são dignos da vida que levam, do apoio que tem e submetem-se a baixaria e situações vergonhosas.

Portanto, os índios brasileiros já vivem com dignidade, mas fazem-se diferentes por si só, não bastando a estes ser igual e sim melhor, e é por isso é que são poucos os que tem uma vida digna, porque estes são dignos da vida que tem.

Contudo, para que estes consigam sua dignidade, tem que primeiro serem dignos.

O produtor do texto 2 também se contradiz ao afirmar a totalidade (*os índios brasileiros já vivem com dignidade*) e negá-la, em seguida (no mesmo parágrafo), para afirmar a parcialidade (*são poucos os que tem uma vida digna*). Ou “viver com dignidade” e “ter uma vida digna” não se equivalem? Observe-se, além disso, a circularidade dos argumentos apresentados, o que prejudica a coerência interna (a compatibilidade das idéias, a consistência de raciocínio): *são poucos os que tem uma vida digna porque estes são dignos da vida que tem* (a possível causa, introduzida pelo conector **porque**, esgota-se numa tautologia); *para que estes consigam sua dignidade, tem que primeiro serem dignos* (estabelece-se uma falsa relação de implicação ou mesmo de ordenação temporal entre dois fatos). Ora, para que conseguir uma dignidade que já se tem? Finalmente, o texto deixa a impressão de que seu produtor confundiu índio com sem-terra (vide parágrafo inicial), o que desafia a compreensão do leitor pela provável incoerência externa.

É importante destacar que muitos problemas que afetam a coerência externa relacionam-se a generalizações apressadas e preconceituosas. Por exemplo, em muitas redações aparece seja a identificação índio/animal, seja a oposição índio/gente, revelando um pensamento distorcido e estereotipado (portanto, incompatível com a realidade), que infelizmente ainda se manifesta no imaginário até mesmo de pessoas ditas “esclarecidas” (como se espera que sejam os futuros universitários). Embora, no geral, os candidatos se empenhem em negar essas idéias (como se fossem coisas pouco óbvias para o leitor) ou as abordem de forma irônica, o que surpreende é o fato de elas ainda se manifestarem em discursos produzidos em pleno século XXI! Senão, vejamos:

(3) Os índios, desde que Vossa Alteza os considerou inadequados às suas necessidades e os substituiu pelos negros, vivem como uma parcela excluída da nossa sociedade.

Reservas indígenas: áreas criadas para os nativos de um país descoberto. Podem ser consideradas uma forma de controle, afinal, o mundo continua a se desenvolver e o homem tenta “preservá-los”. A extinção de animais selvagens é uma realidade atualmente e não poderia ser diferente tratando-se dos índios, todos sabemos que a reprodução em cativeiro não é muito eficaz pois nunca conseguimos oferecer as mesmas condições do hábitat natural ainda mais quando esses seres são racionais.

Esse método de preservação vigente se mostra ineficiente, a invasão de terras se tornou uma constante na vida de muitos dos nossos “selvagens”...

(4) /.../ Na verdade, os índios não são “chimpanzés”, os índios vivem em uma floresta e nela eles montam uma sociedade, e nessa sociedade eles criam suas casas feitas com materiais extraídos dali mesmos, da própria natureza, na mesma eles criam suas crenças, fazem festas religiosas relacionadas às crenças que eles próprios criam, ou seja, com isso eles provam que são pessoas como a gente, que são capazes de morar em sociedade, pois sabem o que fazem, têm responsabilidade com seus deveres e são inteligentes...

(5) /.../ Índio também é gente, assim como todos os negros, todos os brancos, todas as raças, seja qual for sua religião, seja qual for

sua cultura, suas crenças. Todos têm direito a igualdade, respeito e busca pela felicidade.

(6) Índios! Pessoas, gente como a gente; são homens, mulheres e crianças que vivem à maneira deles; tentando da melhor maneira possível se adaptar ao mundo de hoje...

A coesão, por sua vez, embora não garanta a obtenção da coerência, contribui para o seu estabelecimento, uma vez que os elementos lingüísticos da superfície textual servem como “pistas” para que o leitor ative conhecimentos armazenados na memória e possa, então, acompanhar e recompor o raciocínio, compreendendo o texto. Naturalmente, os usuários podem recuperar relações não explicitadas simplesmente aplicando seu conhecimento de mundo. É o que acontece, por exemplo, quando nos defrontamos com a seguinte lista de palavras, sem qualquer ligação sintática e sem explicitação de qualquer relação entre elas: *arroz, feijão, sal, óleo, açúcar, batata, cebola, cenoura, tomate, alface, detergente, sabão em pó, amaciante*. Quem lê tende a perceber, nessa seqüência lingüística, uma unidade de sentido que permite estabelecer uma relação entre seus componentes: trata-se de uma possível lista de compras de supermercado. Logo, basta que o leitor aplique seu conhecimento de mundo para estabelecer a coerência desse texto.

Por outro lado, há textos aparentemente coesivos, mas para os quais não é possível estabelecer uma continuidade/ unidade de sentido. Examinemos o texto 7 abaixo:

(7) Com a chegada do homem branco no Brasil e o processo de Globalização ocorrido nos últimos anos, para os dias atuais.

Os índios brasileiros sofrerão uma grande mudança de costumes, crenças e um novo

convívio social. Suas terras, moradias e aldeias muitas delas foram tomadas por interesses Governamentais ou próprios.

Obrigando uma parte dos índios a sobreviverem na cidades ou em grandes metrópoles. Com isto surgirão os problemas de moradia, e a alimentação para os índios que vivem nestas cidades, eles terão que enfrentar adaptação em seu modo de vida, para que possa viver uma vida feliz ou volta as suas origens.

Além dos problemas de terras que os índios vivem sofrendo a saúde indígena e outro fator que vem preocupando o Ministério da Saúde.

O governo deveria se preocupar em apoiar os índios brasileiros, ensativando sua cultura, seus costumes e tradições, e ajudando os índios a preservarem as suas origens. Dando moradia que é as terras que eles tanto querem e saúde, buscando a satisfazer uma vida melhor para o índio brasileiro.

Deixando de lado os problemas gramaticais (de ortografia, pontuação, concordância e uso de tempos verbais), que, conforme afirmamos, não constituem objeto do presente trabalho, destacamos apenas que o emprego adequado, por exemplo, do conector **além de** (para somar argumentos em favor de uma mesma conclusão, ou seja, falta de terras + saúde indígena = questões que preocupam o governo [o Ministério da Saúde?]) e do anafórico **isto** (*com isto*) que remete ao que foi dito anteriormente (= o fato de os índios terem que se mudar para as grandes cidades) não é suficiente para garantir a coerência do texto, prejudicada, principalmente, pela má estruturação de

períodos e parágrafos. Ou seja, o texto é aparentemente coesivo, mas peca pela falta de continuidade/unidade que caracterizaria uma produção coerente, exigindo um leitor altamente cooperativo para atribuir-lhe sentido.

Os exemplos apresentados acima mostram que a coesão não é suficiente – nem mesmo necessária – para o estabelecimento da coerência, opinião compartilhada por autores como Koch (1989) e Marcuschi (1983). Entretanto, não se pode negar a utilidade dos mecanismos léxico-gramaticais da coesão como fatores de eficiência do discurso: eles não apenas tornam a superfície textual estável e econômica, fornecendo possibilidades variadas para promover a continuidade e a progressão do discurso, como permitem tornar claras certas relações que, implícitas, poderiam dificultar a interpretação, sobretudo na escrita (COSTA VAL, 1991: 8-10). Nessa perspectiva, a coesão é altamente desejável como manifestação superficial da coerência, principalmente em certos tipos/gêneros de textos – como os científicos, didáticos, expositivos e opinativos – que têm na clareza e na organização/ concatenação das idéias suas características essenciais.

Em resumo: o fundamental para a textualidade é a relação coerente entre as idéias de modo que a explicitação dessa relação através de elementos como as palavras de referência (ou anafóricos, em sentido amplo) e as palavras de transição (ou conectores), responsáveis, respectivamente, pela coesão referencial e pela coesão seqüencial, é útil, mas nem sempre obrigatória. Por outro lado, tais recursos coesivos, quando presentes, devem obedecer a padrões prévios que regulam suas funções, ou seja, devem ser “corretamente” utilizados; caso contrário, o resultado será a incoerência ou a falta de seqüencialidade de modo que o leitor/ouvinte não será capaz de construir a interpretação adequada. Vejamos, a título de ilustração, alguns exemplos:

(8) Os índios desde o Descobrimento do Brasil é dito como pessoas inocentes, idonêas, tem leis próprias, estatuto próprio, programa de saúde próprio e muito mais. **Entretanto**, eles se mostram muito mais sociáveis do que muitos pensam...

(9) Como o “homem branco” sempre foi a maioria sempre gostam de comandar tudo do jeito deles e fazer o que quiser sem pensar que aquelas pessoa mesmo “ignorantes” tinham uma vida delas e que ninguém tem direito de interferir.

E hoje em dia continua a mesma palhaçada, pessoas que parecem que continuamos mesmo idiotas sem consciência até parece que isso vai passando de geração em geração.

É como se uma pessoa invadissem suas casa e ditasse todas as regras, roubasse coisas e seqüestrassem um de seus entes queridos e obrigasse você dar dinheiro a ele passasse a casa para o nome dele e pegasse seus filhos de escravos e você também.

Isso é quase impossível resolver pois, desde o começo foi tudo errado...

Em (8), o conector foi mal utilizado, resultando em incoerência, já que a relação entre os dois enunciados não é de oposição, ressalva ou contraste como o uso do **entretanto** sugere. Ou o fato de ter leis, estatuto e programa de saúde próprios torna os indivíduos menos sociáveis? Já no exemplo (9) não é possível decidir, com certeza, a que se refere o anafórico **isso**: se ao que consta do parágrafo imediatamente anterior (analogia com a invasão de uma casa), que é o antecedente mais próximo, ou se ao fato de que o homem branco sempre

usou de violência contra o índio (parágrafos iniciais do trecho citado), antecedente mais provável, embora mais distante. Há, portanto, uma ambigüidade de referência anafórica que prejudica a compreensão.

Cumprir dizer, finalmente, que o estabelecimento da coerência de um texto, sobretudo o do tipo dissertativo-argumentativo, depende, em grande parte, dos argumentos apresentados, isto é, das manobras e estratégias discursivas que o locutor mobiliza para fundamentar suas posições e, com isso, obter a adesão do(s) interlocutor(es). Trata-se, pois, de algo exterior à língua, que se acrescenta a ela (ou, mais especificamente, ao discurso) posteriormente. Isso quer dizer que o usuário tem à sua disposição, na memória ou no espaço interdiscursivo, um conjunto de fatos, de dados do mundo, que, num certo sentido preexistem ao discurso. Quando seleciona alguns desses elementos e os incorpora ao seu texto, ele os “converte” em argumentos para apoiar o(s) ponto(s) de vista que assumiu (e que deseja que o interlocutor também assumam). Nessa perspectiva, a maior ou menor eficácia de um discurso, em termos de atuação sobre o outro, vai depender da seleção, com base nos critérios de adequação, relevância, autenticidade e fidedignidade, e da organização (hierarquização e articulação) das informações que irão compô-lo.

Nessa dupla tarefa de escolha e arranjo dos argumentos, é preciso que o locutor tenha em mente, além de suas próprias intenções, o tipo de interlocutor a quem sua argumentação se destina. Isso porque é sobretudo a “imagem” do interlocutor que vai orientar o locutor quanto aos procedimentos a serem utilizados para construir o sentido do seu discurso. Nesse nível, portanto, a argumentação pode ser definida como uma *forma de ação* entre sujeitos: ação de um indivíduo (orador) sobre um outro indivíduo ou conjunto de indivíduos (auditó-

rio), tendo em vista o desencadeamento de uma outra ação – provocar a adesão do(s) destinatário(s) para a posição do destinador.

Um texto cujos argumentos sejam frágeis, incompatíveis com o ponto de vista assumido pelo produtor ou com a realidade circundante, não será capaz de convencer ou persuadir o interlocutor, apresentando, portanto, baixa eficiência pragmática. É o caso, por exemplo, dos textos 1, 2 e 7. Neles, a falta de reflexão sobre o tema e ausência de um posicionamento crítico por parte do autor, o que está diretamente relacionado à seleção e à organização de argumentos, os tornam ineficazes em termos de atuação sobre o outro: são textos que não convencem, que nada acrescentam ao leitor. Além disso, a própria “montagem das idéias” fica comprometida pelos vários problemas observados: a má estruturação de períodos e parágrafos, os erros de ortografia e pontuação, a não-observância da concordância nominal e verbal, para citar apenas alguns, o que se relaciona ao uso inadequado da norma culta, na modalidade escrita.

Finalmente, é preciso dizer que as noções de argumentação, de coesão e de coerência não são estanques, mas se interpenetram, se entrecruzam na construção de um texto. São, pois, aspectos que devem ser cuidadosamente trabalhados pelo produtor para que seu discurso tenha continuidade e progressão, não se contradiga nem contradiga o mundo a que se refere, seja argumentativamente consistente e convincente e, além disso, apresente recursos adequados à expressão das relações entre as idéias, na superfície textual. O resultado desse trabalho será, certamente, um “bom” texto. Mas como trabalhar essas questões, de forma eficaz, em sala de aula? Como levar os alunos a colocar em prática todos esses elementos na produção de seus textos? É o que tentaremos responder na próxima seção.

3. Uma proposta de trabalho a título de conclusão

Em pesquisa anterior (LARA, 1993), publicada posteriormente (LARA, 1999), publicação à qual remetemos o leitor interessado num maior detalhamento da proposta, defendemos a adoção da auto-correção como forma de trabalho com o texto, em sala de aula, de modo a tornar o aluno um leitor/escritor proficiente. Essa proposta, que já foi por nós testada várias vezes – e com sucesso – em cursos de Produção de Texto para universitários de diferentes áreas, tanto na UFMS quanto na UFMG, dá ao aluno a oportunidade de refletir sobre seu próprio texto, analisando-o em seus vários aspectos (sobretudo naqueles que envolvem as noções aqui focalizadas, ou seja, aspectos macrotextuais) e reformulando-o, de modo a sanar os problemas detectados. Só assim ele poderá aprimorar sua competência textual, passando a elaborar textos coesos, coerentes e, ao mesmo tempo, dotados de argumentação sólida e convincente. Em suma: textos que tenham efetivamente algo a dizer e que o digam eficientemente, de modo a agir sobre o outro.

Trata-se, é claro, de uma proposta de médio a longo prazo, uma vez que requer tempo para que os textos produzidos pelos próprios alunos – e previamente selecionados pelo professor em função do problema ou do aspecto que se quer abordar – sejam avaliados e reescritos primeiro pelo grande grupo; depois por grupos menores; em seguida, por duplas, e, finalmente, pelo próprio autor do texto. Assim, ao invés de adotar a “correção indicativa”, assinalando simplesmente aquilo que julga errado, ou a “correção resolutiva”, corrigindo ele mesmo os problemas encontrados (isto é, reescrevendo até frases inteiras), o professor dá ao aluno, via autocorreção, a oportunidade de fazer tanto uma coisa – identificar o problema – quanto a outra – buscar os meios para saná-lo, funcionando, nesse caso, dada a

sua maior experiência e seu maior conhecimento, como um orientador do aluno no processo de escrita ou como um mediador desse processo

A autocorreção, já apontada por Geraldi (1985: 63) como alternativa na prática de análise lingüística (que o autor articula à prática de leitura e à prática de produção de textos), é retomada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Língua Portuguesa (1998) como “refacção” de textos.

Lembramos que, para Geraldi, a “prática de análise lingüística” não deve ser tomada como a mera “higienização” do texto, com a correção dos chamados “erros gramaticais”, mas como uma prática mais ampla que se caracteriza “pela retomada do texto produzido na aula de produção [...] para re-escrevê-lo” (GERALDI, 1985: 63), o que envolve, sobretudo, os aspectos macrotextuais, isto é, conteúdos relacionados a outras dimensões da linguagem (semântica, pragmática) e não somente à dimensão gramatical *stricto sensu*.

Também os PCNs consideram que a refacção faz parte do processo de escrita, sendo o texto pronto produto de sucessivas versões. Para o aluno, a refacção propicia o distanciamento necessário para que ele possa atuar criticamente sobre seu próprio texto; para o professor, possibilita a elaboração de atividades e exercícios que forneçam os instrumentos lingüísticos para o aluno poder revisar o texto.

Ainda segundo os PCNs (1998), os procedimentos de refacção começam de maneira externa, com a mediação do professor, fazendo o aluno sair do complexo (o texto como um todo), ir ao simples (as questões lingüísticas e discursivas) e retornar ao complexo, ensinando, assim, técnicas de revisão e levando-o à autocorreção. Assim, “um dos aspectos fundamentais na prática de análise lingüística é a refacção dos textos produzidos pelos alunos”.

Em suma: é através da autocorreção ou da refacção de seus próprios textos que o aluno poderá conscientizar-se sobre os elementos necessários à produção de um “bom texto”, observando, na prática, como eles funcionam, como se organizam e se inter-relacionam.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL.SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- COSTA VAL, M. da Graça. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GERALDI, João W. O texto na sala de aula. Cascavel: Assoeste, 1980.
- KOCH, Ingedore G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1989.
- KOCH, Ingedore G. V. & TRAVAGLIA, Luiz C. A coerência textual. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LARA, Glaucia M. P. Autocorreção e auto-avaliação na produção de textos escolares: relato de uma experiência. 1993. Dissertação (Mestrado) –FALE/UFMG, Belo Horizonte.
- _____. Autocorreção e auto-avaliação na produção de textos escolares. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999. 234 p.
- MARCUSCHI, Luiz A. A Lingüística de Texto: o que é e como se faz. Recife: UFPE/Mestrado em Letras e Lingüística, 1983.
- PÉCORÁ, Alcir. Problemas de redação. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ANEXO – Proposta de redação do Processo Seletivo da UFMS/2005-Verão

Os textos do Pannel de Leitura focalizam a situação complexa, vivenciada na atualidade, pelas populações indígenas brasileiras. O mito do “bom selvagem”, explorado desde a Carta de Caminha, já não se sustenta mais numa sociedade globalizada, em que os índios, muitas vezes, assimilam valores dos não-índios. Tendo em vista essa discussão, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: *Índios brasileiros: como viver com dignidade no século XXI?*

Ao desenvolver o tema, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos (dados, fatos, opiniões) para fundamentar seu ponto de vista. Apresente também sugestões para os problemas abordados, não se esquecendo de que elas devem ser exequíveis e demonstrar respeito aos direitos humanos.